

RAÍZES **DA IGREJA** **PRESBITERIANA** **INDEPENDENTE** **DO BRASIL**

Antonio Gouvêa Mendonça

1ª EDIÇÃO



Copyright © 2024 Vida & Caminho

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser usada ou reproduzida por qualquer meio, gráfico, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de recuperação de informações, sem a permissão por escrito da Editora, exceto no caso de breves citações inseridas em artigos críticos e resenhas.

Publicado no Brasil por:
Editora Vida & Caminho
Rua da Consolação, 2121 • 6º andar
CEP 01301-100 • São Paulo, SP
Telefone |11| 3105-7773
www.vidaecaminho.com.br

Revisão e Edição
Gerson Correia de Lacerda

Projeto gráfico, Edição, Diagramação
Eugênio Anuniação

Ilustração da Capa
Rafael Camargo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mendonça, Antonio Gouvêa
Raízes da Igreja Presbiteriana Independente do
Brasil / Antonio Gouvêa Mendonça. -- 1. ed. --
São Paulo : Pendão Real, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-88646-10-6

1. Igreja Presbiteriana Independente do Brasil -
História 2. Presbiterianos - Brasil I. Título.

24-218407

CDD-285.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Igreja Presbiteriana Independente do Brasil :
História 285.0981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PERSONAGENS IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DO PRESBITERIANISMO BRASILEIRO

- 1 John Wycliffe
- 2 John Huss
- 3 Pierre Richier
- 4 John Knox
- 5 Ulrico Zuínglio
- 6 George Chamberlain
- 7 João Calvino
- 8 Martinho Lutero
- 9 Alexander Blackford
- 10 José Manoel da Conceição
- 11 Miguel Torres
- 12 Ashbel Green Simonton
- 13 John Beatty Howell
- 14 John Boyle



SUMÁRIO

Prefácio

RAÍZES BEM PROFUNDAS

Introdução

PROPÓSITO DESTE TEXTO

Capítulo 1

ANTECEDENTES REMOTOS DA IPI DO BRASIL 19

Os antecedentes religiosos da Reforma 20

Os antecedentes culturais da Reforma 26

A Reforma propriamente dita 28

A Reforma Luterana 31

A Reforma Calvinista 35

Capítulo 2

O SURGIMENTO DO PRESBITERIANISMO 41

O Puritanismo 44

O presbiterianismo norte-americano 46

A Reforma no Brasil 51

O vazio protestante no Brasil 57

A chegada definitiva do protestantismo 59

A vez dos presbiterianos 61

O Seminário de Princeton 65

A Teologia de Princeton e o presbiterianismo brasileiro 67

Capítulo 3

O PRESBITERIANISMO NO BRASIL:
DA CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS À AUTONOMIA 71

José Manoel da Conceição 74

A expansão do presbiterianismo 78

O presbiterianismo no Brasil e a educação 82

Capítulo 4	
A UTOPIA DO DESTINO MANIFESTO	87
Tensões políticas entre Brasil e Estados Unidos	94
Antiamericanismo e nacionalismo	96
A autonomia do presbiterianismo brasileiro	103
Começam os conflitos	108
Capítulo 5	
EDUARDO CARLOS PEREIRA: UM PERSONAGEM CONTROVERTIDO	111
O Mackenzie <i>College</i>	117
Missões Nacionais	119
A Questão Educativa	126
O Problema do Seminário	133
A Campanha do Seminário	149
Capítulo 6	
A MAÇONARIA ENTRA EM CENA	151
As coisas se complicam	156
O Sínodo Fatal	161
Capítulo 7	
SURGE UMA NOVA IGREJA PRESBITERIANA	173
Os líderes da nova igreja	177
As duas primeiras décadas da IPI do Brasil	181
O Sínodo	182
De novo, o problema do Seminário	183
Relações com a Igreja-Mãe Brasileira	184
O avanço da igreja na sua segunda década	185
A morte de Eduardo Carlos Pereira	188
IPI do Brasil, uma igreja brasileira?	189
Conclusão	
UM BREVE OLHAR SOBRE O PASSADO	191

Prefácio

RAÍZES BEM PROFUNDAS

Este livro começou a ser gestado há quase 25 anos! No ano 2000, a diretoria da Assembleia Geral da IPI do Brasil decidiu que fossem elaborados diversos textos que seriam publicados em uma Revista, preparando a Igreja para o seu centenário, em 2003. O responsável por coordenar essa publicação foi o Rev. Eduardo Galasso Faria, na época professor do Seminário de São Paulo e secretário de Imprensa e Comunicação da IPI do Brasil. Uma Comissão de Publicações do Centenário foi formada com a participação dos ministros Revs. Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa, Éber Ferreira Silveira Lima e Eduardo Galasso Faria e, com o aval do presidente da Assembleia Geral na época, o Rev. Leontino Farias dos Santos, definiram que os textos sairiam publicados nos *Cadernos de O Estandarte* e que cinco deles seriam dedicados a essas publicações.

O texto que temos neste livro foi originalmente publicado no *Caderno 3*, que saiu em julho de 2003, o mês do centenário. A ideia inicial de um trabalho dessa envergadura partiu do Rev. Galasso que via a necessidade de se ter uma reflexão mais profunda sobre os acontecimentos que se tornaram a base da IPI do Brasil quando de sua organização em 1903. Até então, nada havia sido produzido de forma consistente e atualizada sobre isso, com exceção de materiais pontuais publicados no jornal *O Estandarte* ao longo das décadas. O escolhido para escrever foi o Rev. Antonio Gouvêa Mendonça, que desde o início se mostrou entusiasmado com a ideia. A escolha foi acertadíssima. Não só pela qualidade do texto, da reflexão e o uso adequado das fontes disponíveis, mas pela sua própria história, profundamente enraizada no presbiterianismo nacional e na IPI do Brasil.

O Rev. Mendonça nasceu em Arealva, região de Bauru, em 1922. Seus pais foram Davi Barbosa de Gouvêa e Eunice Xavier de Mendonça. Era neto de Antônio Joaquim de Gouvêa, sitiante pobre originário de Brotas, interior de São Paulo. Seus bisavós paternos, Joaquim José de Gouvêa e Lina Maria de Gouvêa, foram recebidos

por profissão de fé e batismo pelo Rev. Alexander Blackford, quando foi organizada a Igreja Presbiteriana de Brotas, em 1865. Todos haviam sido paroquianos do ex-padre José Manoel da Conceição e convertidos à fé protestante por intermédio dele.

A família Gouvêa e sua numerosa prole foi toda arrolada como fundadores da Igreja Presbiteriana de Brotas, a terceira igreja presbiteriana no Brasil que, em pouco tempo, se tornou a maior em número de membros, superando as duas mais antigas, Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa família, do ramo de Severino José Gouvêa, tio-bisavô do Rev. Mendonça, saíram três pastores presbiterianos: o Rev. Herculano Ernesto de Gouvêa (1861-1931), seu filho Rev. Herculano de Gouvêa Júnior (1891-1964), e seu bisneto Rev. Ricardo Quadros Gouvêa. O Rev. Mendonça foi o quarto descendente dessa grande família a ingressar no ministério pastoral.

Órfão de mãe aos dois anos de idade, trabalhou com o pai nas atividades da roça até completar dez, quando foi levado pela sua avó materna para estudar em São Paulo. Sua avó o havia dedicado ao ministério pastoral quando da morte da filha. Concluído o curso secundário, acabou não ingressando no Seminário. Iniciou os estudos de Filosofia na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, atual PUC-SP, mas teve que parar o curso pois não podia pagar as mensalidades. Conseguiu transferir-se para o curso noturno de Filosofia da Universidade de São Paulo, USP, onde concluiu a licenciatura em 1957, aos 35 anos.

Até aos 45 anos, o Rev. Mendonça foi gerente de uma seguradora em Santo André, SP. Nesta cidade, foi presbítero da Igreja Presbiteriana Independente até 1964 quando, por proposta do próprio Presbitério em face de sua atuação como presbítero e por ser licenciado em Filosofia, embora não tivesse formação teológica, foi aprovada a sua ordenação ao ministério pastoral, o que ocorreu em agosto de 1965 pelo Presbitério do Leste, quando completava 43 anos. No ano seguinte, assumiu o pastorado da IPI de Moinho Velho, em São Paulo.

Em 1969, iniciou sua carreira no magistério superior, lecionando na Faculdade de Filosofia da Fundação Santo André. Também,

havia sido contratado para ser professor do Instituto José Manoel da Conceição, ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil, à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e à Missão Brasil Central da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, em Jandira, SP. Ingressou no Mestrado em Filosofia da USP no início dos anos 1970, mas não foi adiante. Nesse período, passou a lecionar no Seminário de São Paulo da IPI e tornou-se reitor da instituição até 1978. Pouco depois, ingressou no Mestrado em Ciências Sociais da USP. Quando fez o exame de qualificação, a banca decidiu encaminhá-lo diretamente para o Doutorado e sua tese foi defendida em 1982, ano que completava 60 anos de vida. Sua tese tornou-se a sua obra magna, *O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil*. Foi publicada originalmente em 1984 pelas Edições Paulinas. A segunda edição saiu em 1995 pela Edusp (editora da USP) e a terceira edição, com primoroso acabamento pela Edusp, saiu em 2008, logo após o seu falecimento (2007).

Por mais de 20 anos atuou como professor no curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. Lá, recebeu o título de professor emérito. De 2002 até sua morte trabalhou no curso de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Levaríamos outro tanto para destacar a sua atuação junto ao Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular – Cesep, e junto a Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, onde liderou a Pastoral Protestante.

A capacidade intelectual e a habilidade em transitar entre temas eclesiais e teológicos, entre a Filosofia, as Ciências Sociais e das Religiões, somaram-se ao seu histórico de vida dentro do presbiterianismo nacional. O resultado foi um texto crítico e reflexivo que buscou retomar as raízes originárias da IPI do Brasil desde a Reforma, passando pelo desenvolvimento do presbiterianismo nos Estados Unidos, suas crises, divisões e a supremacia da Teologia de Princeton, até a constituição da Igreja Presbiteriana no Brasil e a atuação do Rev. Eduardo Carlos Pereira e seus leais companheiros em busca pela autonomia do presbiterianismo brasileiro. Com aguçada crítica, o Rev. Mendonça analisa a “questão

maçônica”, a mão-de-gato da separação de 1903, como algo que se imiscuiu no debate maior que envolvia os problemas educativos e a própria autonomia para a evangelização direta. Discute também, de forma clara e objetiva, as questões pessoais que foram minando as relações eclesiais, entre pastores nacionais, missionários norte-americanos e o próprio Rev. Eduardo, especialmente com respeito ao Mackenzie e o apoio que este recebia das duas juntas missionárias das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos.

O texto deve ser lido em conjunto com o documento visceral da época, escrito pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, “As Origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil” que também está ganhando uma nova edição. Aquele fora escrito no “calor da hora” pelo principal personagem envolvido e este, com o devido tempo de reflexões, críticas e autocríticas. Ambos, no entanto, se complementam e nos dão uma grande contribuição para compreendermos melhor os acontecimentos passados e a nossa caminhada atual e futura como uma denominação que tem um relevante papel dentro do protestantismo brasileiro.

Cabe destacar, à guisa de conclusão, que a IPI do Brasil, acertadamente, nunca teve uma “história oficial” produzida por um “historiador oficial”. A História, como ciência do saber, não pode ficar refém de visões pessoais e de metodologias exclusivistas. Entendemos que a IPI do Brasil tem “várias” histórias. A problemática, os referenciais teóricos, as fontes e a metodologia a serem utilizados pelo historiador irão apresentar as versões pelas quais podemos compreender determinado acontecimento ou momento histórico, sempre com a possibilidade de uma revisão e novas abordagens. Essa é a riqueza que faz da História algo fascinante!

Boa leitura e que outras versões da nossa história possam nos enriquecer assim como este presente que nos deu o Rev. Antonio Gouvêa Mendonça, um presbiteriano “raiz”.

Rev. Dr. Sérgio Gini

Presidente da Assembleia Geral da IPI do Brasil – 2023/2027

Apresentação

O PROPÓSITO DESTE TEXTO

Ao ensejo das comemorações do Centenário da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, o órgão oficial da igreja, *O Estandarte*, vem publicando sucessivamente cadernos sobre a história da nossa denominação, cada um deles trazendo episódios e períodos dessa história que, no conjunto, irão compor a narrativa completa. Chegada aos seus cem anos de vida, a IPI do Brasil ainda não teve sua história escrita como conjunto completo. Mais adiante, feitas as conexões entre as partes, assim como os ajustes necessários, teremos a história da IPI do Brasil.

De acordo com os planos da comissão encarregada de produzir estes cadernos, este deverá tratar das origens da IPI do Brasil. Todavia, para evitar confusão com o título do livro que o Rev. Eduardo Carlos Pereira escreveu em 1905, *As Origens da Igreja Presbiteriana Independente*, preferimos dar a este trabalho o título de Raízes da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

O termo raízes leva-nos a um recuo mais remoto na história. Há algumas razões bastante fortes para este recuo histórico quando, à primeira vista, bastaria o relato do período imediatamente anterior à dissidência, isto é, de 1888, ano da autonomia do presbiterianismo brasileiro, até 1903.

A fragmentação da história, sua ordenação sem precedência e sequência, muitas vezes obscurece a identidade das instituições, principalmente as religiosas, fazendo com que, em certo ponto, não saibamos mais o que somos por termos perdido a memória e a linhagem.

Em nosso caso, a história de uma igreja entre muitas, valem bastante os acontecimentos institucionais que atestam sua permanência no tempo, apesar das crises, fracassos e vitórias porque, como se diz aqui e acolá, “a história é a mestra da vida”.

Se aprendemos com o êxito, instruimo-nos mais com os malogros. Daí, o mérito da história institucional da igreja.

Contudo, pela mesma razão, quer dizer, por se tratar de uma igreja, sua trajetória espiritual, em razão do conteúdo de sua fé historicamente assumida e confessada, constitui seu próprio fundamento. Quem somos e de onde viemos é a pergunta a ser respondida. A que família pertencemos ou, como se diz hoje, qual é a nossa linhagem? Que espaço ocupamos no concerto universal do cristianismo e, de maneira mais precisa, no mundo das igrejas surgidas, direta ou indiretamente, da Reforma Religiosa do Século XVI?

A intensa fragmentação de fatos e ideias que caracteriza o nosso tempo, chamado com insistência de pós-modernidade, aponta para o que acontece no âmbito da história das religiões ou grupos religiosos que se ligam, de alguma forma, ao cristianismo protestante.

A cada vez maior fragmentação do cristianismo protestante dificulta a identificação de igrejas e grupos porque, na maioria desses grupos, perderam-se a memória e a tradição, características da pós-modernidade.

A memória e a tradição começam com seus fundadores próximos e, apesar de vermos neles traços históricos remotos, são desconhecidos tanto por eles mesmos como por seus adeptos. Daí, a notória infidelidade religiosa que leva as pessoas ao fenômeno contemporâneo da itinerância em busca do que se caracteriza pela obtenção de vantagens no mercado de “bens de religião”, como se diz em sociologia.

As relações dos adeptos com Deus reduzem-se a pedir e receber como num contrato que, concluído por satisfação das partes, dá lugar a outro. Não se vê nesses grupos uma fé religiosa que, remontando ao passado, na memória e na tradição, produza uma conduta de vida permanente e racional, ao mesmo tempo espiritual e devocional, isto é, uma maneira de viver coerente e persistente.

Em outras palavras, por conduta de vida entendamos uma ética que defina, entre outras coisas, a tradição religiosa à qual a pessoa pertence.

Tendo em vista essa necessidade é que John A. Mackay (1889-1983), grande teólogo presbiteriano escocês, afirmou: “Ser um presbiteriano em qualquer parte do mundo é pertencer a uma comunidade de cristãos, seja grande ou pequena, que tenham adotado uma declaração comum de fé” (Mackay, 1969, p. 75). Para Mackay, uma “declaração de fé” tem como consequência uma maneira de viver, uma ética.

Alguns estudiosos da religião hoje já laboram com conceitos negativos como não-memória, não-tradição e aética aplicáveis a novos grupos religiosos, inclusive alguns que se chamam cristãos.

São grupos de cristãos portadores de sistemas utilitaristas de religião, mais ou menos ao feitio da chamada religião santorial¹ da tradição religiosa brasileira, em que a relação do fiel com o seu santo de devoção funda-se na reciprocidade, no dar e receber.

Esse é o cenário religioso da atualidade. Fundam-se igrejas por todos os lados e, como surgem, desaparecem. Algumas permanecem e prosperam com grande presença nos meios de comunicação de massa, mas, pelas suas doutrinas e práticas, afastam-se visivelmente do puro cristianismo e, com maioria de razão, do Reformado.

Por esse motivo, entre outros, é que julgamos oportuno que a memória e a tradição da IPI do Brasil sejam lembradas, sejam trazidas à lembrança dos seus membros.

Não somos uma igreja que nasceu sem família e pelo simples desejo de seus fundadores. Ela emancipou-se dentro de uma larga e gloriosa tradição, e jamais abandonou sua linhagem, mas mantém fielmente os princípios fundantes que remontam à Reforma Religiosa do Século XVI, um dos episódios mais significativos da humanidade pela importância que teve na construção das instituições humanas, principalmente do mundo ocidental moderno.

Nesta perspectiva planejamos este texto, de maneira que a memória e a tradição da IPI do Brasil tornem-se mais uma vez mani-

1. Religião santorial aponta para o relacionamento mercantil do fiel com um determinado santo em que o fiel faz promessa em troca de favores que suplica (Nota do Editor)

festas e se desfaçam as frequentes confusões com os arrivismos e as modernidades religiosas que pululam no ambiente religioso do nosso país.

Nosso intento é demonstrar que, conservadas e respeitadas suas motivações históricas, a IPI do Brasil é uma igreja que pertence, com justo orgulho, à grande comunidade universal de cristãos oriundos da Reforma do Século XVI e que optaram pelo sistema calvinista quanto à doutrina, à disciplina, ao culto e à ética.

Entretanto, o escopo principal deste trabalho será o estudo das motivações e consequências do movimento no seio do presbiterianismo brasileiro que levou à organização da IPI do Brasil e ao percurso histórico limitado pelo falecimento do seu líder, Eduardo Carlos Pereira, em 1923.

Rev. Dr. Antônio Gouvêa de Mendonça

Capítulo 1

ANTECEDENTES **REMOTOS DA** **IPI DO BRASIL**

Faz parte da nossa identidade, isto é, daquilo que somos e representamos perante as outras pessoas, o conhecimento objetivo dos nossos antecedentes familiares, da nossa linhagem, do lugar e época em nascemos, assim como daquilo que fazemos.

A ausência, por desconhecimento, desses dados identitários faz com que nos confundamos no torvelinho da sociedade em que vivemos. Todos sabemos o que significa a falta de identificação adequada de uma pessoa, desde a sua dificuldade no convívio social até distúrbios de ordem emocional.

Acontece o mesmo com as instituições sociais, sejam políticas, civis ou religiosas, principalmente estas. Qualquer instituição, para ser reconhecida e respeitada, tem de se apresentar ao mundo com sua identidade bem definida.

Nas instituições religiosas, de maneira especial as igrejas, quanto maior for a sua identificação, maior será seu reconhecimento e respeitabilidade, principalmente num tempo como o nosso em que a pluralidade religiosa é marcante.

A instituição religiosa, ou igreja, e seus adeptos, ou membros, constituem uma unidade indissolúvel de maneira tal que um se confunde com o outro. Assim, sob o ponto de vista religioso, o presbiterianismo confunde-se com o ser presbiteriano e vice-versa.

O ser presbiteriano constitui minha identidade religiosa, cujos dados, isto é: origens históricas, memória, tradição, doutrinas e ética que assumo, sendo parte do meu ser, são, por outro lado, o todo da minha adesão religiosa, isto é, do corpo da tradição presbiteriana.

Por essa razão é que não se entende o que chamamos hoje de itinerância religiosa, esse vai e vem constante das multidões que percorrem as igrejas em busca de alguma coisa que não encontram e, por conseguinte, não se identificam com nada e se perdem no torvelinho de promessas simbólicas não cumpridas. Aplica-se com pertinência o dito evangélico: “*são como ovelhas sem pastor*” (Mc 6.34). Falta-lhes a identidade que traz paz e segurança.

Daí a necessidade que sentimos de buscar na história gloriosa da Reforma Religiosa do Século XVI as origens do presbiterianismo, para depois assinalarmos as raízes deste ramo da Reforma que é a IPI do Brasil. O conhecimento dessas raízes terá o duplo papel de tornar clara ou reforçar a nossa identidade religiosa e nos permitir afirmar perante a sociedade o que somos e o que cremos.

Isto não implica em arrogância. Ao contrário, o autoconhecimento nos permite respeitar o que o nosso próximo é e conviver com ele em mútuo respeito.

Os antecedentes religiosos da Reforma

A história nos mostra coisas surpreendentes. Uma delas foi a inversão histórica da posição da Igreja Cristã representada pelo papel desempenhado de seus líderes, sejam bispos ou papas, em apenas quatro séculos, mais ou menos entre 350 e 756 d.C.

Nesse período, os cristãos, inclusive seus líderes, passaram de vítimas de leões, aos quais eram jogados, a bispos e reis de Roma.

A história começa com a doação que Pepino, o Breve², fez ao bispo de Roma de grande parte do território italiano em troca de sua proteção contra o avanço dos bárbaros lombardos.

Ocorreu que, quando a Itália foi unificada por Garibaldi no século XIX, a capital ficou sendo Roma. O papa então no poder protestou e uma grande polêmica se arrastou até 1929, quando o Papa Pio XI e o governo de Mussolini fizeram um tratado político (Tratado de Latrão) pelo qual ficou reconhecida a soberania papal sobre o Estado do Vaticano.

O território chamado de Estado da Cidade do Vaticano, no interior de Roma, tem a extensão de quatro quarteirões e pouco mais. Desse modo, o bispo de Roma, de vítima desvalida dos leões, passou a rei.

Já nos séculos XI e XII começaram a surgir na Europa importantes movimentos de reação contra os abusos da igreja em todas as esferas da vida, pois o poder religioso da mesma envolvia e contaminava os aspectos econômicos, políticos e morais da sociedade.

O luxo das cortes episcopais e papais, assim como o abandono das massas pobres à sua própria sorte, não passaram despercebidos a homens que, apesar de tudo, tinham ainda a percepção do distanciamento da igreja em relação à pureza original do evangelho. Vamos mencionar alguns desses pré-reformadores.

Os cátaros, cuja palavra significa “puro”, também chamados de “Os homens bons”, surgiram no sul da França e tinham como base principal de suas doutrinas o evangelho de João.

Consideravam-se herdeiros dos apóstolos e assumiram os conceitos mais humanos do evangelho. Eram conhecidos por não praticarem a mentira. Não reconheciam a autoridade dos reis e tampouco a dos bispos e dos papas. Ao contrário da vida clerical, trabalhavam e não viviam da caridade. O que recebiam eles distribuíam aos necessitados.

2 Pepino, o Breve, (714-768) foi o rei dos francos que deteve o avanço muçulmano sobre a Europa. Foi sucedido por Carlos Magno, coroado como rei do Sacro Império Romano Germânico (Nota do Editor).

Porém, os cátaros, ao lado do esforço pela recuperação das doutrinas cristãs originais e, principalmente, da luta pela liberdade individual e contra os abusos da igreja, incorporaram traços de religiões orientais contrárias ao cristianismo.



Papa Inocência III
(1198-1216)

A igreja foi implacável com eles, pon-do-os sob o poder da Inquisição e das Cruzadas. Houve uma crise na igreja durante o pontificado de **Inocência III (1198-1216)** por ter este papa reconhecido que o movimento dos cátaros tinha como causa a grave carência catequética da igreja, que não olhava para os pobres e leigos.

No mesmo século XII, surgiram na França os albigenses, ligados às doutrinas dos cátaros. Os albigenses afirmavam não estarem os cristãos sujeitos a todas as regras eclesiásticas, mas jejuavam e celebravam a eucaristia. Negavam a intercessão dos santos, o purgatório e outras doutrinas da Igreja de Roma.

Por causa de suas doutrinas, a igreja passou a negar-lhes os sacramentos. O papa Inocência III iniciou contra eles uma cruzada que foi concluída pelo rei Luís VIII, em 1229.

O poder religioso aliado ao político pôs fim, em sangue, à igreja dos albigenses.



Pedro Valdo
(1140-1217)

Outro movimento da Pré-Reforma, também surgido no século XII, foi o dos chamados valdenses, iniciado por **Pedro Valdo (1140-1217)**.

Pedro Valdo exerceu na cidade francesa de Lyon grande atividade comercial, tornando-se muito rico. Convertido aos ensinamentos da Bíblia, vendeu todos os seus bens, distribuiu o dinheiro pelos pobres e, a partir de 1170, acompanhado de alguns discípulos, dedicou-se a explicar a Bíblia ao povo.

Valdo foi um dos que anteciparam, por mais de três séculos, a doutrina da Reforma do sacerdócio universal dos crentes. Cada fiel podia desempenhar as funções de sacerdote. Fez traduzir a Bíblia no idioma do cantão suíço de Vaud. Seus discípulos passaram a ser conhecidos como valdenses e também como “Os Pobres de Lyon”.

Os valdenses resistiram às perseguições e sua igreja permanece ainda hoje. Separando-se da Igreja de Roma, em 1179, por rejeitarem o culto dos santos, a missa, a confissão e vários dos diversos sacramentos da igreja, no que se anteciparam também à Reforma, que só admitiu dois deles, o batismo e a eucaristia.

Puseram o fundamento de sua fé exclusivamente na Bíblia. Também neste ponto foram precursores dos Reformadores na doutrina da Bíblia como fundamento exclusivo de fé e prática.

Os valdenses espalharam-se por vários países da Europa e, por fim, refugiaram-se, diante das perseguições, nos vales alpinos. Apoiados pelo reformador Guilherme Farel, aderiram à Reforma em 1532 e hoje fazem parte da grande família reformada ou calvinista.

Outro grande heresiarca, como a Igreja Romana chamava os seus opositores, foi **John Wycliffe (1320-1384)**, teólogo inglês a serviço da advocacia da Coroa Inglesa.

Defendeu os lollardos, que pregavam a vida cristã baseada exclusivamente na Bíblia, e foi um dos líderes da corrente anticlerical e antipapal.

Por ocasião do Grande Cisma de 1378, quando a igreja chegou a ter dois papas, um em Roma e outro em Avinhão, na França, Wycliffe levantou a ideia de a Igreja na Inglaterra libertar-se do papa.

Foi também adversário das indulgências e seu ensino sobre a eucaristia era muito semelhante ao que foi ensinado por Lutero mais tarde. Os historiadores consideram Wycliffe um dos precursores do anglicanismo.



John Wycliffe
(1320-1384)



John Huss
(1369-1415)

John Huss (1369-1415), tcheco, seguidor das ideias de Wycliffe e reformador da Boêmia, foi excomungado em 1412 e queimado vivo por não se retratar perante o Concílio de Constança (1414).

Como dissemos, nos primeiros movimentos de rebelião contra a disciplina e os costumes da Igreja Romana, já surgiam precocemente alguns dos princípios que mais tarde seriam assumidos pelos Reformadores. À medida que a Idade Média caminhou para o seu fim e os ideais de liberdade e individualidade começaram a circular, surgiram nos pré-reformadores, como em Pedro Valdo, John Wycliffe e John Huss, os principais elementos teológicos da Reforma, que logo mais seriam as bandeiras de Martinho Lutero, Calvino e seus principais seguidores.

Lembremo-nos de algumas delas:

- a liberdade do cristão perante certas regras da igreja;
- o sacerdócio universal dos crentes;
- a crítica das indulgências;
- a recusa do culto aos santos, da missa, da confissão, de parte dos sacramentos e, por fim, da hierarquia e dos abusos do clero.

Vê-se que a Reforma foi um longo processo de reação contra os desvios da Igreja de Roma e não a simples rebelião pessoal de um frade sincero e inconformado com o que via em sua igreja.

A história não dá saltos repentinos, mas aguarda o momento certo em que determinados processos chegam ao limite. No começo dos tempos modernos, a luta por reformas no interior da igreja chegara ao seu termo.

Indivíduos sinceros e cristãos no interior da igreja, embora não tenham entrado para a história como reformadores, não se cansaram de admoestar os papas para a necessidade de certas correções de rota na vida eclesiástica a fim de evitar o que previam como um desastre iminente com o passar do tempo.

A historiadora norte-americana Bárbara W. Tuchman (1985), em seu livro *A Marcha da Insensatez – de Tróia ao Vietnã*, chama-nos a atenção para a insensatez de seis papas da Renascença que, envolvidos na política e em seus negócios particulares, não deram atenção aos clamores por reforma na igreja.

Esses papas ocuparam o trono de Roma entre 1470 e 1530 e foram os seguintes, segundo Tuchman (1985):

- Sisto IV (1471-1484) que, de família pobre, procurou enriquecer os parentes assim como exercer vinganças e fazer guerras e que, por isso, concorreu muito para o descrédito da Igreja;
- Inocêncio VIII (1484-1492), que foi, ao contrário do seu antecessor, um papa fraco e indeciso, sujeito às influências maléficas dos grandes de sua corte e nada fez pela igreja;
- Alexandre VI (1492-1503), o famoso Rodrigo Bórgia, que foi servidor de cinco papas, “educado e encantador”, como diz a historiadora citada, político e eficaz nos negócios, com uma mente absolutamente não religiosa, temporal e depravada;
- Júlio II (1503-1513), que tinha o perfil de bom papa e esperava-se dele aquelas atitudes que os reformistas defendiam, uma nova era na igreja, o que não aconteceu por causa de suas preocupações políticas e artísticas, assim como com a guerra;
- Leão X (1513-1521), tido na história como um papa hedonista e que acrescentou novas extravagâncias às que seu antecessor havia cometido, levando o Vaticano à falência; foi o responsável direto pela explosão da Reforma com Lutero, ao lançar uma grande venda de indulgências para ajudar na conclusão das obras luxuosas da Catedral de São Pedro;
- Clemente VII (1523-1534), que continuou os desmandos dos seus antecessores e não tomou conhecimento do avanço da Reforma luterana, apesar do grande esforço que o clero reformista continuava fazendo para enfrentar a grande crise da Igreja Romana.

A historiadora Bárbara W. Tuchman resume assim o período desses seis papas da Renascença: indiferença ao grande descontentamento dos fiéis; preocupação dos papas com o auto engran-

decimento e ilusão de status invulnerável, isto é, de que o papado é eterno a qualquer preço.

Naturalmente, o período pontifical de sessenta anos desses papas caracterizou-se culturalmente pela Renascença Italiana, conhecida pela circulação e acumulação de grandes riquezas advindas especialmente do grande crescimento do comércio. O luxo e a baixa moralidade das classes dirigentes e consequentes disputas políticas, com frequência dirimidas por guerras entre as cidades, constituíam um clima extremamente favorável à corrupção desenfreada.

O grande poder de que desfrutava o clero, altamente concentrado na corte papal em Roma, certamente não ficaria infenso às influências do tempo. Todavia, cabia à Igreja resistir a elas como último reduto da moralidade. Mas não o fez.

Os antecedentes culturais da Reforma

Se os antecedentes religiosos da Reforma ajudaram de maneira negativa, a eclosão do movimento cultural do Renascimento foi importante coadjuvante da grande cisão da cristandade.

Regra geral, define-se o Renascimento como um amplo movimento social que revolucionou a ciência, as artes, a política e, principalmente as ideias, em fins do século XV e inícios do seguinte, sendo a Itália o epicentro dele.

A causa principal do Renascimento foi o enriquecimento da burguesia comercial em consequência dos Grandes Descobrimentos proporcionados pela evolução dos meios de navegação.

O ambiente criado pelo Renascimento, principalmente a circulação de riquezas, favoreceu o desenvolvimento de outro movimento mais antigo, originado na Idade Média. Este movimento é chamado de Humanismo.

O Humanismo foi um movimento intelectual de cunho filosófico e filológico que procurava satisfazer os desejos de desenvolvimento da personalidade humana não favorecidos pela religião medieval. Como o obscurantismo da filosofia e da religião não ofe-

recia elementos para satisfazer essa aspiração, houve um retorno à antiguidade clássica, isto é, a greco-romana.

Foram traduzidos os clássicos da literatura grega e latina com a ajuda da intensificação dos estudos filológicos.

No período final da Idade Média, o humanismo já entrava em conflito com a religião por causa da disseminação das ideias da antiguidade pagã e da liberdade de pensamento que trazia consigo.

O maior nome do humanismo foi o holandês **Erasmus de Rotterdam (1469-1536)** que editou o texto grego do Novo Testamento, pela primeira vez impresso, seguido de uma versão latina.

Encontrando-se em Basileia, Suíça, em 1521, quando eclodia o movimento da Reforma, Erasmo defrontou-se diretamente com ela e, ao encontrar-se com Lutero, não concordou com ele em algumas questões. Por isso, nunca aderiu ao protestantismo. Entretanto, sua contribuição à Reforma, embora indireta, foi considerável ao pôr em circulação o texto impresso do Novo Testamento.

Mas o desenvolvimento da Reforma seria muito mais difícil sem o concurso da imprensa, que facilitou a circulação não só de Bíblias, mas de outros livros, principalmente de autoria dos próprios reformadores.

A invenção dos tipos móveis que possibilitou a arte tipográfica mecânica é atribuída a **Gutenberg (1400-1468)**, que realizou seu trabalho entre 1438 e 1448. De suas oficinas saíram uma Bíblia em duas colunas e um Saltério.

Do ambiente de luta pela liberdade de pensamento, da valorização dos empreendimentos humanos, do desenvolvimento



Erasmus de Rotterdam
(1469-1536)



Johannes Gutenberg
(1400-1468)

do conhecimento proporcionado pelo Humanismo e o Renascimento, do cultivo das letras clássicas e da facilidade maior de circulação de livros e, principalmente, do grande descontentamento com a Igreja Romana, por causa dos seus desvios de toda natureza, nasceu a Reforma Protestante do Século XVI.

A Reforma propriamente dita

Falamos em Reforma propriamente dita porque é o momento de entrarmos diretamente na história da revolução religiosa que chamamos por esse nome, embora saibamos que a Reforma já vinha sendo anunciada e parcialmente feita, apesar das repressões e martírios dos que ousaram, séculos atrás, atacar as estruturas da igreja.

Nos primeiros anos do século XVI, das partes da Europa mais preparadas para a Reforma, sobressaía a Alemanha.

Basta-nos enumerar algumas das razões para tal afirmativa. Antes de tudo, a Alemanha estava relativamente atrasada em relação às demais partes da Europa, permanecendo ainda com certos traços da Idade Média, tanto em relação ao Renascimento como à religião. O espírito do Renascimento não afetara ali o sentimento religioso como na Itália, por exemplo.

Por outro lado, não tendo um governo forte que resistisse aos abusos romanos, era vítima constante, por causa do peso da religiosidade supersticiosa, de explorações em maior escala.

Por fim, a crise social era agravada pela transição entre a antiga sociedade feudal e a nova vida nas cidades, caracterizada pela economia capitalista, cuja solução era entravada pela posse por parte da igreja da maior parte das terras cultiváveis.

Esse clima religioso e econômico da Alemanha fez com que tanto a classe dominante como os camponeses apoiassem a revolta de Lutero.

Todo cenário preparado para uma revolução só depende de um estopim para explodir. Ou melhor, de uma chama próxi-